

## LICENCIAMENTO

(DL. 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação)

**Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Grândola**

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome: \_\_\_\_\_

Na qualidade de:  Proprietário  Usufrutuário  Locatário  Outro: \_\_\_\_\_

Morada Fiscal: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_ Concelho: \_\_\_\_\_

Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_ Telemóvel: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

Rua/Lugar/Denominação \_\_\_\_\_

Freguesia de \_\_\_\_\_ descrito na Conservatória do Registo Predial de \_\_\_\_\_ sob o n.º \_\_\_\_\_ inscrito na matriz urbana com o artigo \_\_\_\_\_ e na matriz rústica sob o artigo \_\_\_\_\_ da secção \_\_\_\_\_ com a área \_\_\_\_\_ ha/m<sup>2</sup>.

**Código de acesso à certidão permanente do registo predial** \_\_\_\_\_

### PRETENSÃO

Vem requerer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do DL. 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação a aprovação do projeto de arquitetura para: \_\_\_\_\_

- Operação de loteamento não abrangidas por Plano de Pormenor publicado após 7 de março de 1993
- Obras de urbanização em área não abrangida por:
  - Plano de Pormenor publicado após 7 de março de 1993
  - Operação de Loteamento
- Trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por:
  - Plano de Pormenor publicado após 7 de março de 1993
  - Operação de loteamento
- Obras de construção/alteração/ampliação não abrangidas por:
  - Plano de Pormenor
  - Operação de Loteamento
- Obras de conservação/reconstrução/ampliação/alteração/demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação

- Obras de construção/reconstrução/ampliação/alteração exterior/demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação
- Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada
- Obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução
- Obras de construção/ampliação/demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública
- Legalização de \_\_\_\_\_
- Outras \_\_\_\_\_

**Para o efeito e em cumprimento do disposto na Portaria nº 71-A/2024 de 27 de fevereiro, junta os elementos constantes no Anexo \_\_\_\_\_ (indicar o anexo dos elementos específicos do pedido), em função da pretensão.**

- Os elementos instrutórios estão elaborados nos termos do Anexo II da Portaria nº 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

### OBSERVAÇÕES

---

---

---

---

---

### PARECERES EXTERNOS APRESENTADOS (Art. 13º e 13-A do RJUE)

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

### OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA (nº 2 do artigo 57º do RJUE e artigo 46º a 60º do RMUE)

Área a ocupar \_\_\_\_\_ m2, (juntar planta com delimitação da área a ocupar) com \_\_\_\_\_  
(andaime, tapume) por um período de \_\_\_\_\_ meses.

### IMPLICA:

- Encerramento de Rua
  - Total
  - Parcial
- Eliminação de Estacionamento
  - Número de Estacionamento \_\_\_\_\_
  - Por um período de \_\_\_\_\_ meses

## OUTROS ELEMENTOS

1. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

(nº5 do artigo 2º da portaria 71-A/2024 de 27/02)

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_
- d) \_\_\_\_\_

(O interessado pode apresentar, adicionalmente, outros documentos que entenda ser pertinentes para a completa caracterização da operação urbanística e para a demonstração da sua compatibilidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis)

2. Justificação da não instrução do pedido com os seguintes elementos obrigatórios:

(nº6 do artigo 2º da portaria 71-A/2024 de 27/02)

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_
- d) \_\_\_\_\_

(Caso se entenda que a operação urbanística em causa não implica ou justifica a apresentação de algum elemento acima elencado, tal deverá ser devidamente justificado, nos termos da legislação aplicável)

## DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Grândola, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O Requerente / Representante Legal

\_\_\_\_\_

## A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Registo n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Processo n.º \_\_\_\_\_

NIPG: \_\_\_\_\_ Pendente: \_\_\_\_\_

Taxa no Montante de \_\_\_\_\_ paga através da Guia / Referência MB n.º \_\_\_\_\_

**Gestores de Procedimento Urbanismo:**

gestores.du@cm-grandola.pt

**Gestores de Procedimento Planeamento:**

sap@cm-grandola.pt

**Telefone Urbanismo:** 269 450 055

**Telefone Planeamento:** 269 750 425

O Funcionário

\_\_\_\_\_

### Informação ao Utilizador

Caro/ Cara Utilizador(a)

Nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados informamos que, os dados pessoais recolhidos no presente formulário são dados de identificação civil, contato, identificação fiscal, modo de pagamento, licitude para a contratação dos serviços e, relativos à identificação do local a que se destina o serviço contratado.

São recolhidos no âmbito do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Grândola, do Regulamento da Prestação do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Grândola e do Regulamento do Serviço de Gestão e de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Grândola, com vista à realização do contrato e posterior faturação dos serviços.

Pode instruir a sua pretensão presencialmente no balcão de atendimento, sito no Edifício dos Paços do Concelho, via correio eletrónico, através do endereço indicado em rodapé, ou via CTT.

Caso o formulário seja enviado via correio eletrónico ou CTT, para que o mesmo seja devidamente instruído, deve anexar cópias dos documentos probatórios, designadamente, título válido da ocupação do imóvel e documento de identificação civil. Caso ainda não possua o documento de identificação civil (CC), deve ainda anexar cópia do documento de identificação fiscal.

O Município de Grândola informa que, apenas arquivará o contrato servindo os restantes documentos apenas para conferência dos serviços.

As digitalizações após verificação serão apagadas, sendo as fotocópias destruídas ou devolvidas via CTT ao utilizador caso este assim o expresse a expensas deste, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei Nº 135/99, de 22 de abril, na sua atual redação o qual institui as medidas de modernização administrativa, devendo para o efeito, expressar essa intenção e fazer acompanhar o pedido de envelope endereçado e franquiado.

Caso os seus dados pessoais sofram alterações, nos termos dos Regulamentos citados, fica V. Exª. informado de que tem o dever de os atualizar, utilizando para o efeito o formulário específico disponibilizado.

O Município de Grândola assegura a sua confidencialidade e integridade e garante que, os dados pessoais constantes do presente contrato não serão utilizados para outra finalidade.

Garante ainda que, os dados não serão transferidos a qualquer título para entidade terceira e que, o presente formulário será mantido nos serviços por um período de 5 anos após a cessação do contrato, findo os quais terá como destino final a conservação permanente de arquivo definitivo prevista nos termos da lei.

Em caso de dúvida sobre a presente Política de Privacidade, poderá obter informação adicional ou esclarecer qualquer dúvida, remetendo as suas questões para o endereço de correio eletrónico: [epd@cm-grandola.pt](mailto:epd@cm-grandola.pt).

**Anexo A**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Elementos Comuns [Capítulo I do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Certidão da Conservatória do Registo Comercial, (só para pessoas coletivas), ou código de acesso à certidão permanente.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos pela operação urbanística; quando omissivo, a respetiva certidão negativa do registo predial.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela Câmara Municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo Município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do Município, ou equivalente.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Plantas com extratos das plantas constituintes dos planos territoriais aplicáveis com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento, à escala do plano territorial ou superior, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município, podendo ser substituída por identificação da localização na plataforma eletrónica do Sistema de Informação Geográfica do Município, designadamente com extratos e legenda de: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Plantas de ordenamento, zonamento ou de implantação, conforme aplicável;</li> <li>b) Plantas com as condicionantes constantes em planos intermunicipais e municipais.</li> </ul>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Memória descritiva e justificativa que descreva o projeto e justifique as opções adotadas, e evidencie o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, com o conteúdo discriminado nº 6 do capítulo I do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Extratos das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objeto da pretensão, quando se trate de operações não abrangidas por plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território e as operações não tenham sido precedidas por operação de loteamento, nem exista pedido de informação prévia em vigor.	<input type="checkbox"/>

**Anexo B**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Elementos Específicos da Licença [Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/20 2 4 de 27/02]  Operações de Loteamento [nº 15 da Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Planta de síntese do loteamento, à escala de 1:1.000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infraestruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, quando previstos, e a localização dos equipamentos de utilização coletiva e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, com indicação das áreas sujeitas a ónus de utilização coletiva.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Planta com indicação das áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes públicos, habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas, exceto se não houver lugar a cedências para esses fins nos termos do n.º 4 do artigo 44.º do RJUE, caso em que será indicado o valor e a forma de pagamento da compensação, a qual será vertida para a planta do cadastro predial a apresentar após a conclusão da operação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Imagens resultantes de simulação virtual tridimensional fidedigna, com enquadramento adequado, e que permitam compreender as características fundamentais da operação, nos casos em que seja exigida discussão pública.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Perfis necessários à devida clarificação da modelação do terreno, inserção volumétrica do edificado no terreno, relação do edificado com o espaço público e a articulação do mesmo com a envolvente.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, incluindo planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas, comprovando que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º e n.º 1 do artigo 72.º do RMUE.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Ficha de elementos estatísticos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, incluindo o de loteamento, os projetos de obras de urbanização e do levantamento topográfico, e pelo coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis redigidos nos termos da Portaria 71-B/2024 de 27 de fevereiro.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>

**Anexo C**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Obras de Urbanização [n.º 16 do Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Peças desenhadas que permitam caracterizar a operação a realizar, nomeadamente planta de síntese das obras de urbanização e perfis transversais e longitudinais, quando esta operação não seja enquadrada por operação de loteamento.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estudo que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adotadas as normas europeias e portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Termos de responsabilidade subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis redigidos nos termos da Portaria 71-B/2024 de 27 de fevereiro.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>

**Anexo D**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Obras de Edificação [nº 17 do Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Projeto de arquitetura, incluindo:	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	i) Plantas à escala de 1:50 ou de 1:100 contendo as dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	ii) Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	iii) Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno e o arranque dos terrenos vizinhos, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	iv) Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	v) Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Quando se trate de operação urbanística que contemple a cedência de áreas para o município deve ser incluído:	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	i) Planta de cedências;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	ii) Planta de cadastro atual;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	iii) Planta e quadro de transformação fundiária.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Relatório de Avaliação de Vulnerabilidade sísmica, quando exigível, nos termos da lei.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, comprovando que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º e n.º 1 do artigo 72.º do RMUE.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estudo que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fotografias do imóvel.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Projetos de especialidades - opcional - (através de requerimento OBP-05).	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estimativa do custo total da obra.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estimativa dos encargos urbanísticos, nomeadamente com o cálculo da taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas e das compensações urbanísticas, quando aplicável, ou junção de resultado de simulação do cálculo disponibilizado pelo município;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Ficha de elementos estatísticos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o respetivo procedimento administrativo.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Termos de responsabilidade subscritos pelos autores e coordenador dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis redigidos nos termos da Portaria 71-B/2024 de 27 de fevereiro.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>

**Anexo E**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Obra de Demolição [n.º 19 do Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Caso a operação seja abrangida por operação de loteamento, indicação do respetivo procedimento administrativo.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Descrição da utilização futura do terreno.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD).	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos, incluindo o projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Estimativa do custo total da obra.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Ficha de elementos estatísticos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Número do alvará, ou do certificado, ou número de outro título habilitante emitido pelo IMPIC, I. P., que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Termos de responsabilidade assinados pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra conforme <b>Anexo II e Anexo III</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviço, por parte da empresa responsável pela execução da obra, do diretor da obra, nos termos do n.º 4 do art.º 22.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração do Fiscalizador da Obra, em como não faz parte dos quadros de qualquer empresa interveniente na execução da obra, nos termos do n.º 2 do art.º 16.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, caso opte por não apresentar o modelo do Termo de Responsabilidade do Fiscalizador da Obra, constante do anexo III do presente requerimento.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do RJUE, identificando o procedimento de informação prévia em causa.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis redigidos nos termos da Portaria 71-B/2024 de 27 de fevereiro.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.	<input type="checkbox"/>

**Anexo F**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	<b>Trabalhos de Remodelação</b> [nº 20 do Capítulo III do anexo I da Portaria 71-A/2024 de 27/02]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Projeto de execução dos trabalhos.	<input type="checkbox"/>

**Anexo H**

A ASSINALAR PELO REQUERENTE	Empreendimentos Turísticos – Apresentar em conjunto com o Anexo correspondente à operação urbanística [DL. 39/2008, de 7 de março]	A VERIFICAR PELOS SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	<b>Suporte papel (1 exemplar) e Suporte informático (CD ou DVD)</b> nos formatos PDF/a peças escritas e DWFX peças desenhadas dobradas em formato A4, num único ficheiro e correspondendo a cada folha do projeto a um layout, devendo os ficheiros estarem identificados de modo claro e gravados sem qualquer compactação.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Declaração de conformidade digital conforme <b>Anexo I</b> .	<input type="checkbox"/>
<b>Os pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos devem ser instruídos com os elementos referidos no anexo correspondente à operação urbanística e com as especificações constantes no art. 4º e 5º da Portaria n.º 518/2008 de 25 de junho</b>		
<input type="checkbox"/>	O pedido de licenciamento relativo às operações de loteamento abrangidas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, deve ser instruído com uma memória descritiva onde sejam especificados os elementos referidos no artigo 2.º da presente portaria.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	O pedido a que se refere o número anterior deve ainda ser instruído com uma planta de síntese indicando, nomeadamente, a finalidade dos lotes, identificando claramente as tipologias de empreendimentos turísticos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 39/2008 e portarias regulamentares, bem como os lotes que se destinam a outras unidades de utilização, nomeadamente restaurantes, salas de reuniões, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, equipamentos de animação autónomos, equipamentos de desporto e lazer e outros equipamentos complementares.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Para além dos elementos referidos no número anterior, devem ser juntas ao pedido fotografias, de preferência coloridas e panorâmicas, do local.	<input type="checkbox"/>
<b>O pedido de licenciamento dos empreendimentos turísticos a que se refere o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, deve ser instruído com uma memória descritiva de que constem os seguintes elementos:</b>		
<input type="checkbox"/>	a) O tipo de empreendimento, a classificação e a categoria pretendidos;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	b) A especificação do número de unidades de alojamento e do número de camas (individuais e duplas) fixas e convertíveis;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	c) Capacidade prevista para outras unidades de utilização, nomeadamente restaurantes, salas de reuniões, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, equipamentos de animação autónomos, equipamentos de desporto e lazer e outros equipamentos complementares;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	d) Especificação do número de lugares de estacionamento comum e do número de lugares de estacionamento privativo;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	e) O modo de cumprimento dos requisitos obrigatórios exigidos para as instalações do empreendimento e dos requisitos opcionais verificáveis em sede de projeto, com a indicação da respetiva pontuação, nos termos da Portaria n.º 326/2008, de 28 de Abril;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	f) A organização funcional do empreendimento e as suas circulações horizontais e verticais;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	g) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada;	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	h) A calendarização da execução do empreendimento, no caso de este ser realizado por fases.	<input type="checkbox"/>
<b>O pedido de licenciamento dos empreendimentos turísticos a que se refere o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, deve ser instruído com uma memória descritiva de que constem os seguintes elementos:</b>		
<input type="checkbox"/>	O tipo de empreendimento, a classificação e a categoria pretendidos.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	A especificação do número de unidades de alojamento e do número de camas (individuais e duplas) fixas e convertíveis.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Capacidade prevista para outras unidades de utilização, nomeadamente restaurantes, salas de reuniões, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, equipamentos de animação autónomos, equipamentos de desporto e lazer e outros equipamentos complementares.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Especificação do número de lugares de estacionamento comum e do número de lugares de estacionamento privativo.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	O modo de cumprimento dos requisitos obrigatórios exigidos para as instalações do empreendimento e dos requisitos opcionais verificáveis em sede de projeto, com a indicação da respetiva pontuação, nos termos da Portaria n.º 326/2008, de 28 de Abril.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	A organização funcional do empreendimento e as suas circulações horizontais e verticais.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada e n.º 1 do artigo 72.º do RMUE.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	A calendarização da execução do empreendimento, no caso de este ser realizado por fases.	<input type="checkbox"/>

**Anexo I**

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DIGITAL**

Nome: \_\_\_\_\_

Morada Fiscal: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_ Concelho: \_\_\_\_\_

Identificação Fiscal: \_\_\_\_\_ Telemóvel: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Habilitação Profissional: \_\_\_\_\_ Inscrito na Ordem:<sup>(a)</sup> \_\_\_\_\_ Sob o n.º \_\_\_\_\_

Na qualidade de: -  Coordenador do Projetos  Autor do Projeto de <sup>(b)</sup>: \_\_\_\_\_

-  Outro: \_\_\_\_\_

Tipo de obra a executar: \_\_\_\_\_

Localização da obra: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Licenciamento

Declara que o projeto entregue em formato digital corresponde na íntegra ao projeto entregue em formato papel

(a) Identificar a associação pública profissional; (b) Identificar o tipo de projeto.

Grândola, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O Técnico

\_\_\_\_\_

## Anexo II

### TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIREÇÃO TÉCNICA DE OBRA

Minuta do Termo de Responsabilidade pela Direção Técnica de Obra

\_\_\_\_\_ (a), \_\_\_\_\_ (b) com sede ou morada na \_\_\_\_\_, contribuinte n.º \_\_\_\_\_, inscrito na \_\_\_\_\_ (c) sob o n.º \_\_\_\_\_, declara que se responsabiliza pela direção técnica da obra de \_\_\_\_\_ (d), localizada em \_\_\_\_\_ (e), cujo licenciamento foi requerido por \_\_\_\_\_ (f).

Data

Assinatura (g)

Código de verificação das competências profissionais (h)

#### Instruções de preenchimento:

- (a) Nome do responsável pela direção técnica da obra;
- (b) habilitação profissional do responsável pela direção técnica da obra;
- (c) Indicação da associação pública de natureza profissional, se for o caso;
- (d) Indicação da operação urbanística licenciada, mencionando a respetiva data de licenciamento;
- (e) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia);
- (f) Indicação do nome e morada do requerente;
- (g) Assinatura digital qualificada;
- (h) Código de verificação das competências profissionais emitido por associação pública de natureza profissional, quando for o caso.

### Anexo III

## TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA DIREÇÃO FISCALIZAÇÃO DE OBRA

Minuta do Termo de Responsabilidade pela Direção Fiscalização de Obra

\_\_\_\_\_ (a), \_\_\_\_\_ (b) com sede ou morada na \_\_\_\_\_, contribuinte n.º \_\_\_\_\_, inscrito na \_\_\_\_\_ (c) sob o n.º \_\_\_\_\_, declara que se responsabiliza pela direção de Fiscalização da obra de \_\_\_\_\_ (d), localizada em \_\_\_\_\_ (e), cujo licenciamento foi requerido por \_\_\_\_\_ (f).

Declara ainda que não faz parte dos quadros da empresa construtora ou de qualquer outra empresa que tenha intervenção na execução da obra nem dispõe de qualquer outro vínculo com as mesmas, nos termos do nº 2, do artigo 16º da Lei 31/2009 de 3 de julho, na sua atual redação.

**Data**

**Assinatura** (g)

**Código de verificação das competências profissionais** (h)

#### Instruções de preenchimento:

- (a) Nome do responsável pela direção técnica da obra;
- (b) habilitação profissional do responsável pela direção técnica da obra;
- (c) Indicação da associação pública de natureza profissional, se for o caso;
- (d) Indicação da operação urbanística licenciada, mencionando a respetiva data de licenciamento;
- (e) Localização da obra (rua, número de polícia e freguesia);
- (f) Indicação do nome e morada do requerente;
- (g) Assinatura digital qualificada;
- (h) Código de verificação das competências profissionais emitido por associação pública de natureza profissional, quando for o caso.